

GÊNERO E ABORDAGEM TERRITORIAL GEOGRÁFICA: Uma introdução ao debate

Daiane Carla Bordulis¹

Márcio Freitas Eduardo²

Resumo

O objetivo central do artigo consiste em demonstrar, sucintamente, como utilizamos elementos da abordagem territorial geográfica para apreensão das questões de gênero, envolvendo a migração campo-cidade por parte das jovens rurais. Para tanto, a discussão está apoiada em resultados de pesquisa, desenvolvida entre os anos de 2016 e de 2017, junto a um público de mulheres jovens, oriundas de estabelecimentos da agricultura familiar, as quais atualmente residem em contextos urbanos e encontram-se matriculadas em cursos de licenciatura da UFFS, campus Erechim/RS.

Palavras-chave: Abordagem Territorial; Gênero; Migração campo-cidade.

Introdução

A ciência geográfica brasileira, progressivamente, tem se tornado mais aberta ao acolhimento de novas demandas e agendas de pesquisa. Dentre elas, com maior visibilidade nos últimos anos, salientamos a projeção dos estudos que denotam a importância de abordar a faceta espacial inerente às questões de gênero. Essa ampliação do campo investigativo na Geografia, conseqüentemente, com implicações teórico-metodológicas importantes, é produto de uma mudança epistemológica nesse domínio do conhecimento, impulsionada pela ascensão das abordagens geográficas denominadas (ou englobadas pelo nome de) “pós-modernas”. É a partir da década de 1970 que ganham força essas abordagens, momento demarcado pela instauração de instabilidades na ordem socioespacial da “modernidade”. Para Suertegaray (2005), a eclosão da “pós-modernidade” indica uma mudança, em particular, uma mudança que se coloca para a Ciência, denotando a possibilidade de efetuar múltiplas leituras, às quais se abrem também à Geografia, favorecendo a emergência de novos temas.

A contribuição da Geografia para a reflexão/ação no âmbito das questões de gênero está circunscrito, de modo geral, na defesa de que o espaço geográfico é uma “dimensão” essencial para a produção/reprodução das desigualdades sociais, no caso específico, das desigualdades de gênero. Através do arcabouço teórico-metodológico da Geografia, é possível identificar tais processos, concomitantemente, sociais e espaciais, geradores de

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, campus Francisco Beltrão/PR). E-mail: daiane.bordulis280@hotmail.com

² Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim/RS). E-mail: marcioeduardo@uffs.edu.br

desigualdades, colocando-os em evidência, e mapear seus contornos para o estabelecimento da crítica e das ações insurgentes.

Os aspectos teórico-metodológicos contidos nesta pesquisa diz respeito a resultados alcançados em um trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia (UFFS, campus Erechim/RS), finalizada no ano de 2017 (BORDULIS, 2017). Na referida pesquisa fora estudado o tema do gênero na Geografia através de uma delimitação teórico-metodológica da abordagem territorial: eis nossa contribuição central. Como propósito geral, a mencionada pesquisa procurou identificar e apreender as questões de gênero atreladas ao movimento migratório campo-cidade por parte das jovens matriculadas nos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS. Para tanto, nos semestres 2016/1 e 2017/01, foram aplicados questionários contendo questões fechadas e perguntas abertas, para um total de 21 discentes (representando 100% do público com o perfil requerido) que cursavam a fase intermediária (5º fase) de seus respectivos cursos de graduação, a saber: Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, História e Pedagogia.

As dificuldades econômicas, a carência de infraestruturas (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais no estudo que realizamos. Os fatores atrativos urbanos estiveram associados ao acesso a recursos (materiais, financeiros e cognitivos) que propiciassem/propiciarão, às jovens, mudanças qualitativas em seus projetos de vida na direção de um aumento relativo em suas autonomias, conforme ponderaremos adiante. Tais questões possuem facetas geográficas importantes, as quais as analisamos tendo por base teórica um recorte próprio da abordagem territorial.

Geografia, juventude rural e gênero: aspectos introdutórios

Ao nos propormos estudar as jovens rurais estudantes da UFFS, estamos em acordo com Muller (2016), no afã de que o fazemos em decorrência também da expectativa, construída pelos movimentos que deram origem a UFFS, de que as ações destas jovens tenderiam a alterar de forma qualitativa a organização local, em especial da agricultura familiar, nas quais estão inseridas, e também de que a universidade seria importante para a construção de projetos de vida e de permanência e, em particular, produzir tensionamentos e o debate crítico necessário.

Na Geografia brasileira ainda são poucos os estudos voltados para temática da juventude rural e do gênero. Aos poucos o interesse pelo tema vem aumentando entre os geógrafos. Quanto à histórica lacuna da Geografia em estudar as questões de gênero, Silva (2003, p. 33) sustenta que

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina [...].

Consoante Muller (2016) e André (1990), é a partir de 1980 que alguns geógrafos começaram a alertar para introdução das questões de gênero nas pesquisas, procurando evidenciar como a organização social e territorial engloba diferenças entre as mulheres e os homens.

De acordo com Silva (2003), na Geografia norte-americana e europeia, a vitalidade nos debates sobre as relações de gênero e espaço é maior. Nesses estudos, aborda-se

[...] a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero (SILVA, 2003, p. 35).

Há ainda que se considerar que a “[...] história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais” (SILVA, 2003, p. 37). De acordo com Silva (2003, p. 6),

[...] o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens tem se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultados de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações sócio-espaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais.

Ainda, conforme Silva (2003), é a partir das críticas estabelecidas pelo que denomina “nova geografia cultural” que sinalizam-se novas possibilidades de abordagens, incluindo a apreensão do tema do gênero, as quais exigem um novo conjunto de métodos.

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico (SILVA, 2003, p. 33).

Tais abordagens apreendem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço. Assumem, ainda, um compromisso de abordar as relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero (SILVA, 2003).

Da mesma forma, o tema da juventude rural, muito embora um problema latente na atualidade, especialmente na área de abrangência da UFFS, é ainda pouco estudado. Por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Weisheimer (2004), pesquisou as produções acadêmicas sobre juventude rural no Brasil, no período compreendido entre 1990 a 2004, considerando a pós-graduação e as publicações em periódicos científicos e de livros. Weisheimer (2004), “mapeou” a publicação de apenas cinquenta trabalhos, produzidos por 36 pesquisadores.

Weisheimer (2004), faz referência a outro estudo, realizado pela pesquisadora Marília Sposito (USP). Sposito (2009), ao pesquisar a produção discente da pós-graduação sobre o tema da juventude, identificou 1.427 trabalhos, defendidos em programas de pós-graduação nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total, a autora apontou que apenas 52 trabalhos diziam respeito aos jovens do meio rural, ou seja, aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais. No dizer de Sposito (2009):

Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementaridade e das tensões existentes entre cidade e campo, muitas vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana (SPOSITO, 2009, p. 24).

Esta colocação da autora deixa claro o desinteresse dos pesquisadores brasileiros sobre os modos de vida e os dilemas que afetam os jovens do campo. Isso está relacionado com o fato de que vivemos em um país em que o intenso processo de urbanização se estabeleceu com base na migração compulsiva das populações rurais, cujo processo de modernização da agricultura e o formato das “políticas agrárias- agrícolas” (THOMÁZ JÚNIOR, 2005) inviabilizaram a permanência de um quantitativo considerável de agricultores e a consequente reprodução de seus modos de vida.

Outro fator importante a ser pontuado com possível reflexo sobre a baixa densidade de estudos acerca da juventude e, inerentemente, das questões de gênero no campo, diz respeito a forma com que historicamente o espaço rural foi estudado, qual seja: como um espaço apreendido, em grande medida, sob a ótica unidimensional da produção. Nessas narrativas, a dimensão econômica ganha destaque nas análises e, paralelamente, opera-se certa invisibilização das contradições e das relações de poder (hierárquicas e de opressão de gênero) em que os jovens e as mulheres do campo estão inseridos. Contudo, compreendemos que o espaço rural não se limita à sua função produtiva. É constituído por múltiplas territorialidades, por projetos, conflitos e anseios, como “território de vida” (BALDUÍNO, 2004).

Embora ainda pouco exploradas, compreendemos que há interações importantes entre gênero, juventude e espaço, as quais podem ser apreendidas pela abordagem territorial geográfica.

Delimitando uma abordagem territorial para o estudo das questões de gênero na Geografia

Nossa abordagem sobre o conceito de território está baseada em distintos autores, são eles: Raffestin (1993); Oliveira (1996); Dematteis (2008); Lopes de Souza (2013); e Saquet (2011). Compreendemos o território como um produto histórico-social edificado através dos processos de produção e apropriação do espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993). O território, portanto, constituiu-se pela projeção espacial das relações de poder (LOPES DE SOUZA, 2015). Depreende-se, doravante, que sua natureza, portanto, é relacional, cujas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização são contraditórias e permanentes; ainda reafirmamos a multidimensionalidade do território, imbricadamente, econômica, política, cultural e ambiental (SAQUET, 2011). Em Dematteis (2008), nos apropriamos dos conceitos de “territorialidade ativa e passiva”. Por fim, nos baseamos em Oliveira (1996) para apreender, no interior da questão agrária, o processo, denominado pelo autor, de “monopolização do território pelo capital”. Com relação a abordagem territorial, conforme delimitada anteriormente, algumas interfaces podem ser estabelecidas com o tema do gênero, sucintamente:

A) Quanto à territorialidade passiva em relação à dimensão econômico-produtiva: com o advento da “modernização” da agricultura se intensificou o processo de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001). Os agricultores familiares, camponeses, ficaram, progressivamente, mais dependentes e subsumidos ao capital

(financeiro, industrial e comercial), o qual se expandiu em escala mundial sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Com isso, acirrou-se as crises econômicas na agricultura familiar pela intensificação da competitividade e o elevado custo de produção. As práticas agrícolas e pecuárias foram metamorfoseadas e reduziu-se significativamente a policultura, historicamente vinculada ao trabalho feminino. Através da “monopolização do território pelo capital”, as unidades de produções foram se especializando. A técnica global e o conhecimento pré-formatado territorializaram-se no bojo das dinâmicas produtivas. Esse fenômeno, atingiu duplamente as mulheres, moldando seus quadros de “territorialidade passiva”: a) pelas dificuldades econômicas que se avolumaram; e b) pela intensificação da hegemonia masculina no campo com as formas “modernas” de produzir e organizar-se socialmente. O espaço doméstico e a horta marginal passaram a circunscrever com mais força a territorialidade feminina. Essas transformações são, concomitantemente, de ordem econômica, política, cultural e ambiental, isto é, são multidimensionais.

As características de determinado modelo agrário/agrícola é uma questão que envolve o conjunto da sociedade, não somente os habitantes do campo. As sucessivas crises que envolvem a agricultura familiar, por exemplo, implicam, ainda hoje, em um forte êxodo rural e, esta, em uma pressão sobre os “espaços” urbanos em termos econômicos e habitacionais. As dificuldades de reprodução da agricultura familiar tem atingido, com maior veemência, os jovens rurais e, especialmente, as jovens. Esse problema vai de encontro às perspectivas de sucessão na agricultura familiar e, como corolário, a uma indefinição sobre a continuidade dessas formas de vida e de produção no campo, questão que diz respeito, igualmente, aos moradores urbanos. Em outras palavras, os problemas enfrentados pela agricultura familiar e pela juventude rural, incluindo as questões de gênero, atinge a todos como um elemento da “questão agrária” (FERNANDES, 2013). Afinal, qual campo nós queremos e defendemos? Com quais relações socioambientais? Com base em quais dinâmicas produtivas e territoriais?

Com o desenvolvimento do capitalismo, a modernização da agricultura, deflagrada e intensificada no período da Ditadura Militar produziu efeitos como a desterritorialização das populações rurais. Uma agricultura sem agricultores, como ressaltam Amin e Vergopoulos (1986), era inaugurada, onde os processos produtivos no campo passaram a imitar a indústria. A melhoria nos sistemas de transporte, comunicação e armazenamento em escala global e a emergência de regimes políticos totalitários, especialmente na América do Sul, igualmente contribuíram para o crescimento desse modelo de

desenvolvimento, conhecido posteriormente como *agrobusiness* ou agronegócio. Da década de 1960 em diante, a população rural diminui em ritmo acelerado até o Brasil alcançar, nos dias de hoje, uma taxa de urbanização de aproximadamente 85% (IBGE, 2010).

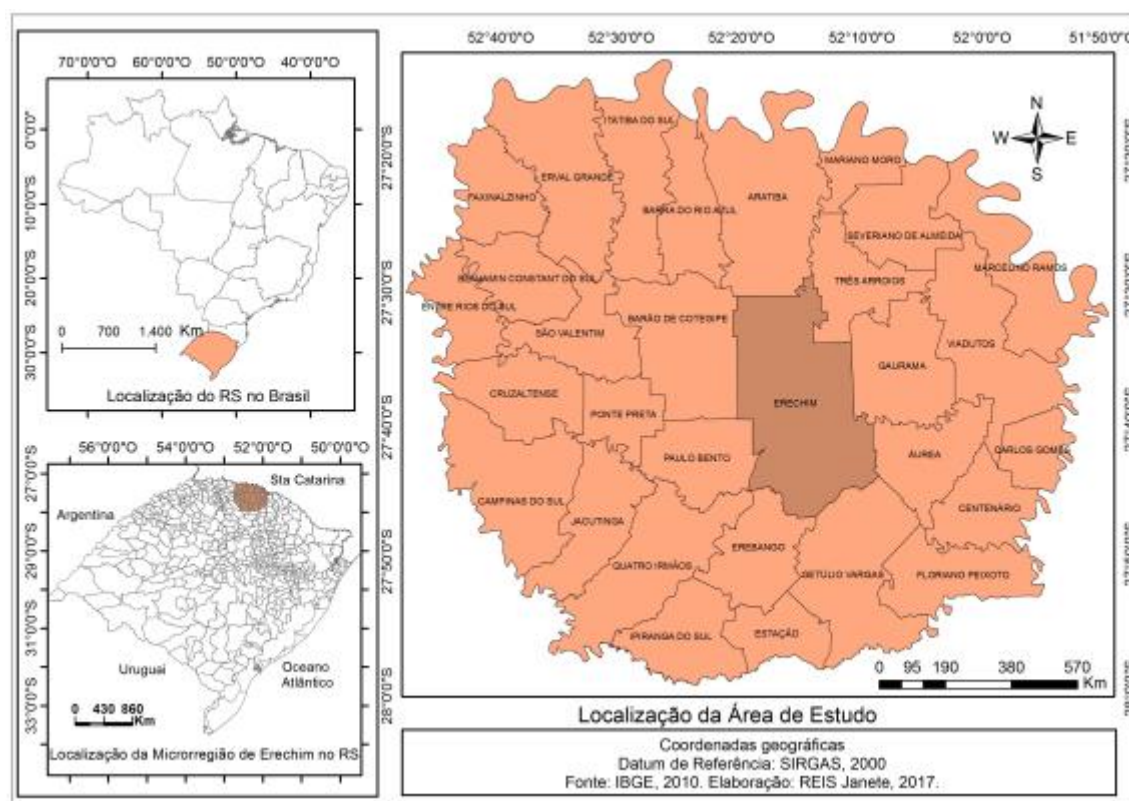
Para entender as transformações ocorridas no campo brasileiro envolvendo a agricultura familiar (ou camponesa, conforme o autor), Oliveira (2001) expõe seu conceito de “monopolização do território pelo capital”. Para o supracitado autor, o capital avança no campo nos espaços de agricultura familiar de duas formas: 1) através da “territorialização do capital”; e 2) por intermédio da “monopolização do território pelo capital”. O capital para Oliveira (2001) só se territorializa, desterritorializando a agricultura não capitalista, ou seja, a agricultura familiar. 2) Outra forma em que o capital também pode avançar no campo através da “monopolização do território pelo capital” forçando o pequeno produtor a aderir e a se sujeitar ao capital monopolista.

Progressivamente, as mudanças deflagradas pela Revolução Verde desenvolvem uma relação social e de poder no campo (PORTO-GONÇALVES, 2006) de modo que as famílias produzam segundo a lógica do sistema econômico-social hegemônico, subordinadas, seja aos setores industrial, comercial e financeiro. Desta forma, diante da ameaça de expropriação e de inviabilização econômica, as famílias se veem compelidas a mudar a sua forma anterior de produção e se tornam cada vez mais dependentes dos mercados, ou seja, esses pequenos agricultores vivem no território, mas são explorados pelo capital. A edificação da Revolução Verde faz com que a agricultura familiar se adéque cada vez mais ao mercado e aos imperativos da reprodução ampliada do capital.

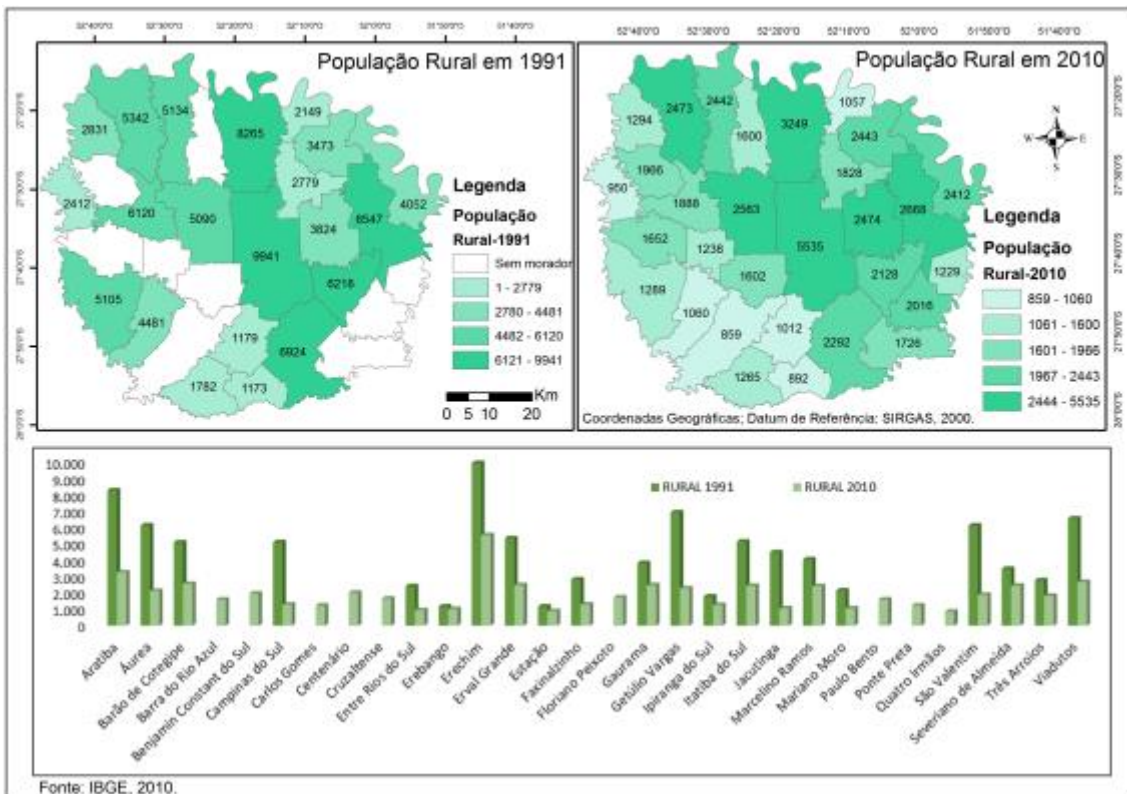
Quanto às questões de gênero, importa destacar que essas transformações deflagradas pela “modernização” da agricultura reafirmou, tecnicamente, a hegemonia masculina. Na agricultura familiar convencional são, geralmente, os pais e os filhos homens, quem desenvolvem as atividades produtivas de interesse comercial. Além disso, decisões econômicas importantes tomadas na escala do estabelecimento agropecuário, como o planejamento da produção, o fechamento de contratos de financiamento e de comercialização, a gestão dos recursos financeiros da família, são práticas realizadas, em grande medida, pelos homens adultos. O modelo de desenvolvimento do agronegócio ativa a territorialidade adulta e masculina em desvantagem da territorialidade feminina, especialmente a jovem, que inscrevem-se, progressivamente, em quadros passivos de territorialidade.

Com base em pesquisa realizada na Microrregião de Erechim/RS (Mapa 01), demonstramos que a agricultura familiar tem passado por profundas transformações, incluindo a importante desterritorialização da população rural (Mapa 02 e Mapa 03), levada a cabo pelo acirramento da questão agrária regional. Demonstramos, ainda, que os jovens entre 15 e 29 anos têm migrado em maior intensidade, proporcionalmente, sentindo com mais forças as dificuldades colocadas a eles para a sua reprodução social na referida microrregião. A cidade de Erechim tem sido o destino pretendido de grande parte dessa população rural oriunda dos pequenos municípios da microrregião, pois congrega a maior parte da oferta de empregos na indústria e no setor de serviços da microrregião, além de concentrar a oferta de serviços importantes, incluindo o Ensino Superior público (UFFS, IFRS e UERGS) e privado.

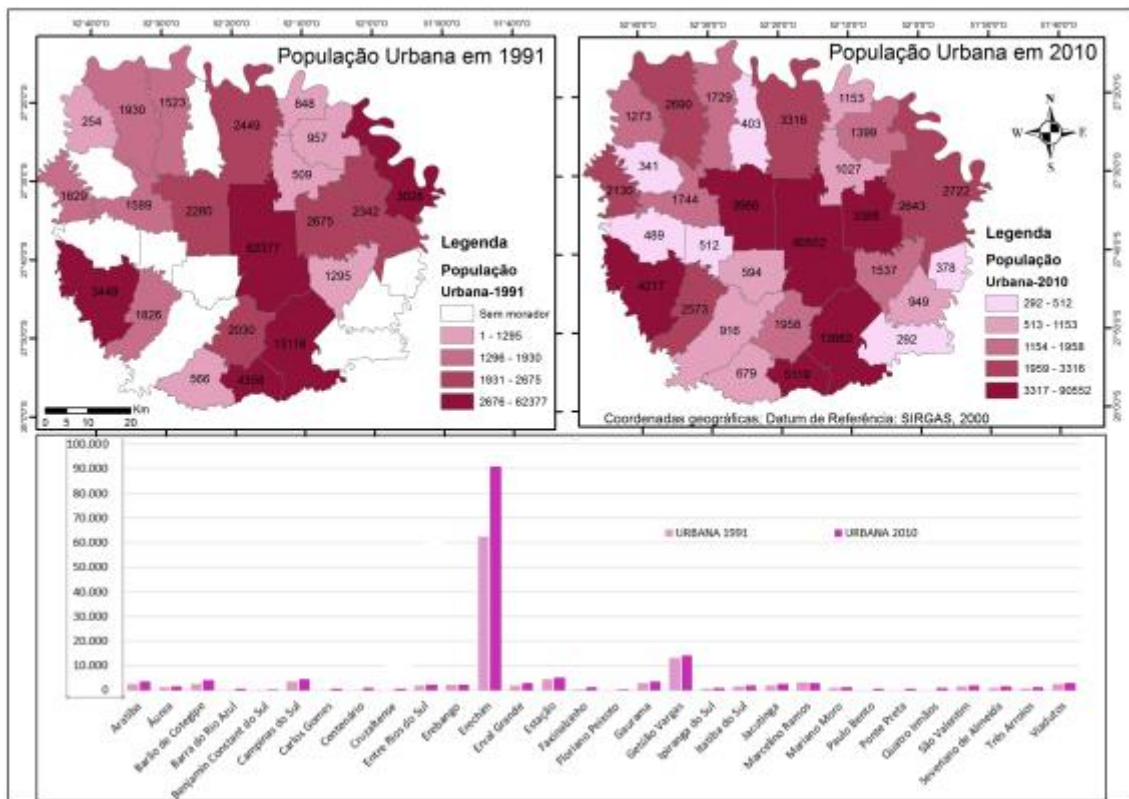
Consoante os dados dos Censos Demográficos do IBGE, entre 1991 e 2010, Erechim foi o único município de sua microrregião a ter acréscimo (em, aproximadamente, 27%) de sua população jovem total. Dos 21 municípios com dados entre os períodos dos Censos Demográficos de 1991 e 2010, 14 perderam sua população jovem total em mais de 30%. A população jovem rural, por seu turno, diminuiu, em média, 62% (21 municípios com dados disponíveis) no mesmo período.



Mapa 01: Municípios que compõem a microrregião de Erechim/RS



Mapa 02: Evolução da população total rural na microrregião de Erechim (1991 e 2010). Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991 e 2010)



Mapa 03: Evolução da população rural na microrregião de Erechim (1991 e 2010). Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991 e 2010)

B) Quanto à territorialidade das jovens nos estabelecimentos agropecuários: a unidade de produção é, em determinada escala, um território. Nela há “projeção espacial de relações de poder” (LOPES DE SOUZA, 2015), constituindo territorialidades intrafamiliares que ressaltam a hegemonia adulta e masculina, expressas através do adultocentrismo e do patriarcado. O excesso de vigilância dos pais e parentes, o baixo nível de participação nas decisões e a pouca valorização do trabalho feminino tem rebatimento direto nas questões de gênero na agricultura familiar e nas decisões das jovens em evadirem-se. Os problemas do excesso de vigilância e opressão pela cultura do patriarcado, com variações qualitativas, também ocorrem nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município.

Na agricultura familiar convencional, as mulheres e as jovens rurais têm pouca participação protagônica frente as atividades agropecuárias desenvolvidas. Pois, o trabalho feminino no campo é pouco valorizado, há dificuldades em ter acesso a renda advinda da agricultura e, com isso, as jovens não encontram no espaço rural uma expectativa positiva para sua atuação profissional e ascensão pessoal. Além disso, o que influencia bastante na desistência das jovens em permanecer no campo é a própria dinâmica interna das famílias, ligada na tradição patriarcal, na qual as perspectivas de continuidade no meio rural são sempre mais favoráveis aos rapazes, deixando a jovem com pouca participação nas decisões do trabalho.

Quanto ao nosso recorte espacial de investigação, a microrregião de Erechim, de onde provém 90% das jovens pesquisadas, a condição da juventude rural é produto de aspectos históricos, identitário-cultural e de ordem econômico-produtivo. Seu processo histórico, na primeira metade do século XX, foi marcado por projetos de colonização envolvendo, sobretudo, descendentes de italianos, alemães e poloneses, destacando-se, inicialmente, a formação de pequenos estabelecimentos de agricultura familiar com produção de alimentos básicos, evoluindo, atualmente, para a produção agroindustrial integrada e para a especialização produtiva de grãos. No aspecto cultural, nesses estabelecimentos de agricultura familiar, geralmente são os homens considerados “chefes das propriedades” e, as mulheres, responsáveis pelas atividades domésticas, cuidados com os animais, horta e outras atividades desenvolvidas nas unidades de produção, persistindo uma ideia de que o trabalho desenvolvido pelas mulheres trata-se de “ajuda” (MULLER, 2016). A “ajuda” na reprodução do ciclo de vida familiar é encarada como condição para o

“trabalho produtivo”, especialmente o masculino, vinculado à sua faceta monetarizada, portanto, “visível” e “economicamente importante”.

Em nossa pesquisa contemplamos também perguntas para identificarmos possíveis assimetrias nas relações de gênero presentes nas dimensões do trabalho e da participação política das jovens no âmbito de suas famílias, no momento em que ainda viviam no campo.

Para 57% das entrevistadas, consoante Gráfico 01, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era parcialmente dividida, para 28,5% altamente dividida e 14,2% das entrevistadas consideraram não haver divisões. Em síntese, aproximadamente 86% das respostas sinalizaram ser parcialmente ou altamente dividido o trabalho entre homens e mulheres, corroborando com nossa hipótese inicial, a de que há, efetivamente, papéis produtivos com certo grau de distinção entre os sexos, implicando numa questão de gênero dentro dos estabelecimentos familiares, pois, como afirma Battestin (2009, p.68), uma forma de divisão do trabalho dentro da agricultura familiar

[...] se organiza através do trabalho conjunto dos membros da família, e as mulheres (mães e filhas) desempenham papel preponderante, através de atividades que exercem, seja nos âmbitos chamados domésticos, produtivo ou comunitário. Entretanto, essas atividades são comumente caracterizadas como uma obrigação natural ou tomadas apenas como uma ajuda, de caráter complementar ao trabalho do homem.

Com base em nossa pesquisa e nos apontamentos do autor, percebemos ainda uma forte avaliação do trabalho da mulher na unidade produtiva como atrelado à reprodução ou impregnado a um sentido de “ajuda”, no tocante ao desenvolvimento das atividades produtivas. Trabalho este considerado subalterno e com pouco reconhecimento em relação ao trabalho masculino, constituindo-se numa expressão do patriarcado presente nas relações no âmbito interno à família agricultora.

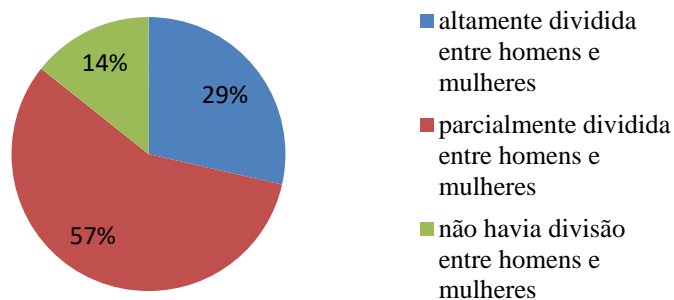


Gráfico 01: Divisão interna do trabalho pela família entre homens e mulheres dentro do estabelecimento agropecuário (percentual). Fonte: Bordulis (2017)

Além das funções produtivas, interrogamos a respeito das outras atividades desenvolvidas pelas jovens nas unidades de produção. As jovens pesquisadas, conforme representado no gráfico 02, assinalaram, em razão de importância, que estudavam, auxiliavam nos afazeres domésticos e cozinhavam quando ainda residiam no espaço rural, pois é uma tarefa executada geralmente pelas mulheres, mães e filhas. Como destaca Brumer (2004, p. 211-212), “[...] as mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas mulheres filhas, quando têm outra atividade”. Se considerarmos a média de idade em que as jovens migraram, a escolarização no ensino básico é um fator que influi na permanência relativa das jovens nos estabelecimentos. Além de estudar, 22,2% das jovens assinalaram cozinhar no estabelecimento em que residiam e 30% das jovens mencionaram que auxiliavam suas famílias nos afazeres domésticos: estes dois últimos aspectos sinalizam para a divisão sexual do trabalho, algo recorrente nos estabelecimentos de agricultura familiar.

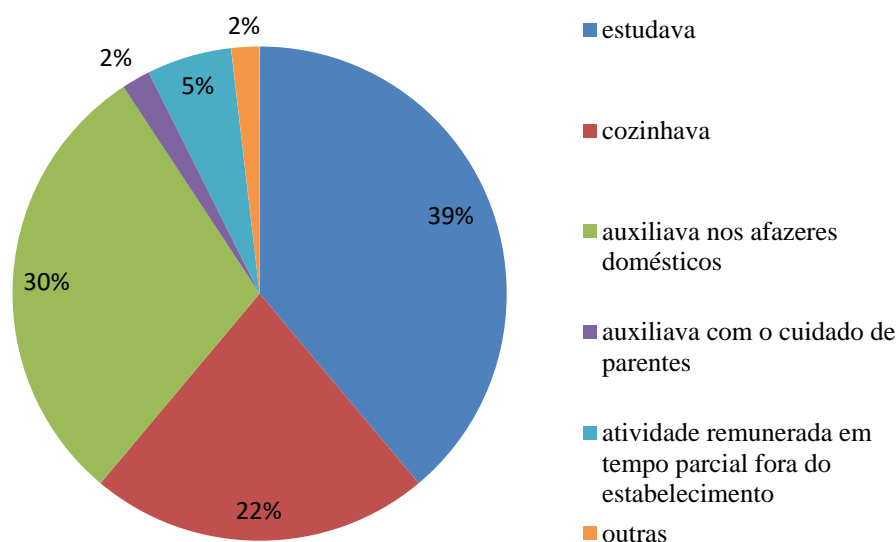


Gráfico 02: Outras atividades desenvolvidas pelas entrevistadas na época em que residiam no estabelecimento agropecuário (percentual). Fonte: Bordulis (2017)

Com relação ao grau de participação das jovens em face da participação dos homens nas decisões e mudanças implementadas nos estabelecimentos agropecuários, conforme consta no Gráfico 03, a maioria das respostas consideraram a participação das jovens “regular” e outras não participavam. O campo de participação “boa” foi identificado com 14% para as jovens e, para os homens, 47%. Trata-se de outro indicador a respeito

das implicações das relações de gênero e do adultocentrismo quanto a baixa participação política das jovens nos estabelecimentos agropecuários. Além disso, outra diferença significativa, demonstrada no gráfico, foi o campo “excelente” onde apenas 5% das jovens revelaram ter esse grau de participação dentro da unidade produtiva familiar, enquanto os homens tiveram 38%.

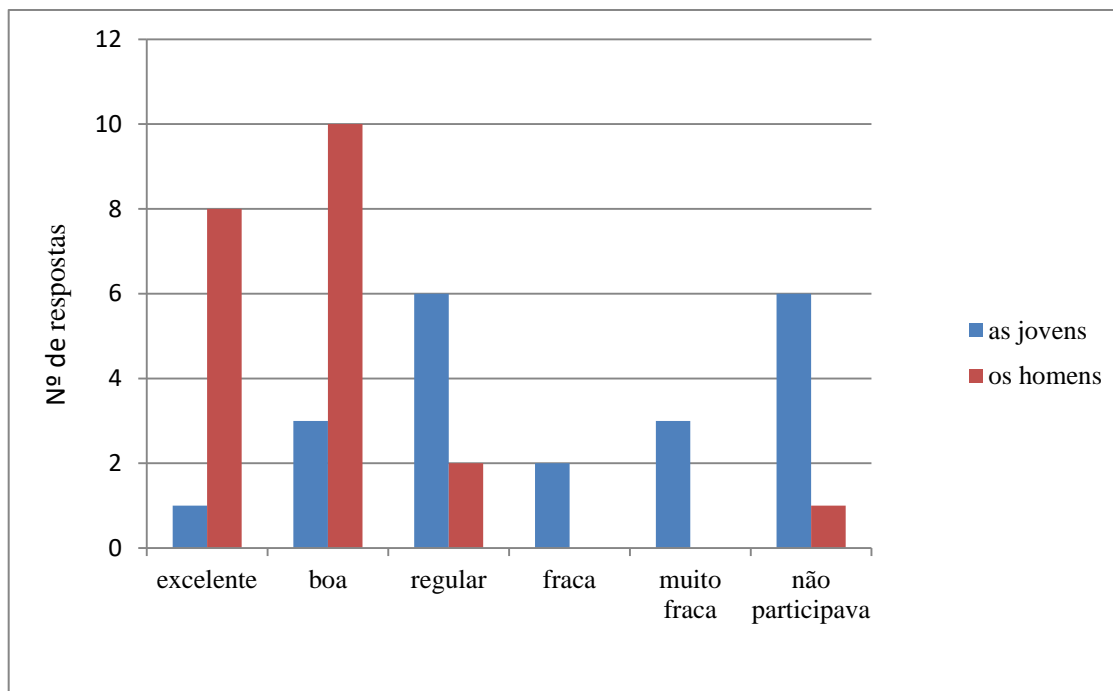


Gráfico 03: Grau de participação das jovens e dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias no estabelecimento agropecuário. Fonte: Bordulis (2017)

As “lentes do gênero”, em função de não menosprezar uma escala geográfico-analítica em benemérito de outra, oportuniza uma apreensão integrada do problema a ser estudado. No caso do campo, permite uma leitura da agricultura familiar considerando as relações sociais estabelecidas desde as microescalas, impedindo, por exemplo, de tratar a família rural como um monólito. São comuns as abordagens que enxergam as contradições da questão agrária da “família” ao “sistema econômico-social” hegemônico. Olhar com uma lupa desde as microescalas das relações sociais, possibilita-nos enxergar não somente os sistemas de exploração estruturalmente estabelecidos, mas também ponderarmos a respeito das práticas de opressão presentes entre os próprios membros de uma família agricultora, no interior da “unidade” de produção. As assimetrias nas relações de gênero e o adultocentrismo são problemas não menos importantes ao considerarmos o futuro da agricultura familiar. Embora não tenha sido objeto direto de nossa pesquisa, com diferenças qualitativas, cabe ressaltar, ainda, que tais problemas ocorrem também nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município. Nesses espaços, mulheres e jovens

convivem com circunstâncias que induzem a condutas de reprodução passiva de suas territorialidades frente a sistemas culturais “decantados”. Nesse sentido, os conceitos geográficos de territorialidade e de escala geográfica oferecem importantes subsídios aos estudos sobre o gênero, a juventude e o campo.

C) **Quanto à desterritorialização e a reterritorialização:** os fatores repulsivos e atrativos, rurais e urbanos, ponderados pelos sujeitos migrantes, são fatores fundamentalmente espaciais. Para as jovens rurais que pesquisamos, foi preciso, necessariamente, haver o rompimento das relações de moradia e de trabalho com seus espaços rurais de origem, para que, fosse possível, elevarem seus níveis de autonomia e ativarem suas territorialidades ao empregarem-se em profissões urbanas e ao ingressarem no ensino superior público. As dificuldades econômicas, a carência de infraestruturas (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais (gráfico 04).

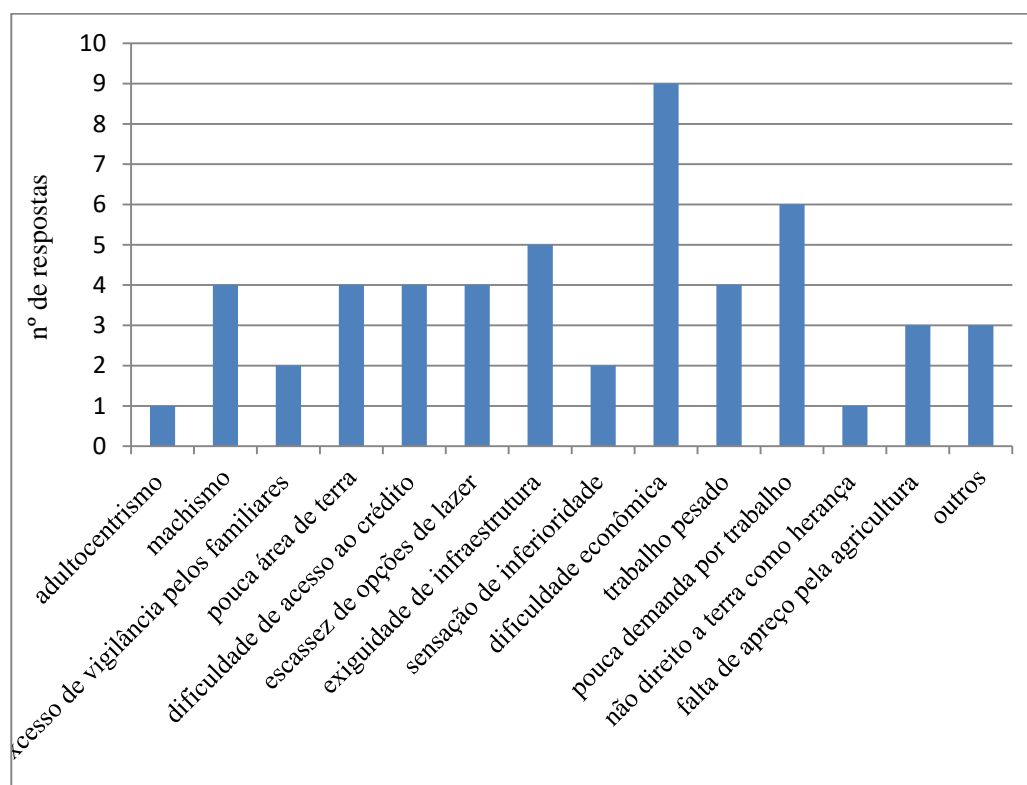


Gráfico 04: fatores repulsivos existentes no campo responsáveis pelas jovens migrarem para a cidade. Fonte: Bordulis (2017)

Quanto aos fatores repulsivos que influenciaram as entrevistadas na decisão de migrarem do campo, há indicações diversas. Em razão de importância, as dificuldades econômicas e a pouca demanda por trabalho foram as principais, seguido exiguidade de infraestrutura (educação, saúde, internet etc) machismo, dificuldade de acesso ao crédito e

pouca área de terra, escassez de opções de lazer e trabalho pesado. Contudo, há um reduzido número de respostas pelas entrevistadas, haja vista que poderiam assinalar várias opções. Se avaliarmos as informações do gráfico 04, isso nos leva a crer que embora importantes os fatores repulsivos, são os fatores atrativos da cidade que impacta de fato a decisão das jovens de migrar. Essa nossa hipótese é corroborada por outro dado: interrogadas a respeito se voltariam a morar no campo e a trabalhar em atividades agropecuárias, 35% das entrevistadas sinalizaram positivamente, 40% assinalaram negativamente e 25% responderam que não sabiam no momento. Se por um lado é contundente a saída dos jovens, há ainda expectativa de volta por parte destes caso haja condições concretas para a reterritorialização nos espaços rurais. Em relação à saída das jovens do meio rural, Abramovay et al (1998, p. 75) demonstram “[...] o processo de saída das moças do campo faz parte de um declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. O enfraquecimento destas obrigações tradicionais não é acompanhado por mudança no papel das moças no interior da família”. No caso das jovens pesquisadas, a saída do campo tem a ver com a formação profissional, o que representa um avanço pessoal e na questão do caráter patriarcal que tradicionalmente é fortemente marcado pela figura do pai.

Nesse sentido, a busca por uma mudança pessoal, implica, igualmente, em mudanças espaciais e em âmbito das territorialidades precedentes. A reterritorialização nos espaços urbanos e a formação superior não eliminará, por óbvio, suas questões de gênero. Porém, há uma relativa ampliação das liberdades e das autonomias (financeira; de decisões sobre projetos de vida etc.) por parte das jovens e que, em alguma medida, as favorecem na ativação de suas territorialidades, incluindo suas práticas de empoderamento.

Já quanto aos fatores atrativos da cidade, em Erechim/RS, no caso, há um número considerável de respostas para vários campos. O acesso à universidade, a maior oferta de emprego e a obtenção de salário foram preponderantes, seguido dos campos evolução pessoal, proximidade do comércio e dos serviços, maior quantidade de infraestrutura, da diversidade de opções de lazer, acesso a informação e do trabalho mais leve. Em função das respostas, a expectativa de uma ascensão profissional pelo acesso à educação superior e as possibilidades econômicas que a cidade oferece (com tipos mais leves de trabalho em relação ao campo e que gera um salário) para a permanência dessas jovens na universidade são fatores cruciais pela escolha de residirem em Erechim. Posteriormente, a evolução pessoal, infraestrutura disponível (internet, comércio e serviços etc.) e a proximidade dos

serviços pesaram nas decisões. Desta forma os fatores atrativos são, em grande medida, econômicos também, pois a busca pela inclusão econômica, trabalho, é uma estratégia fundamental para as jovens ativarem suas territorialidades e superarem alguns dos problemas de gênero vivenciados no campo.

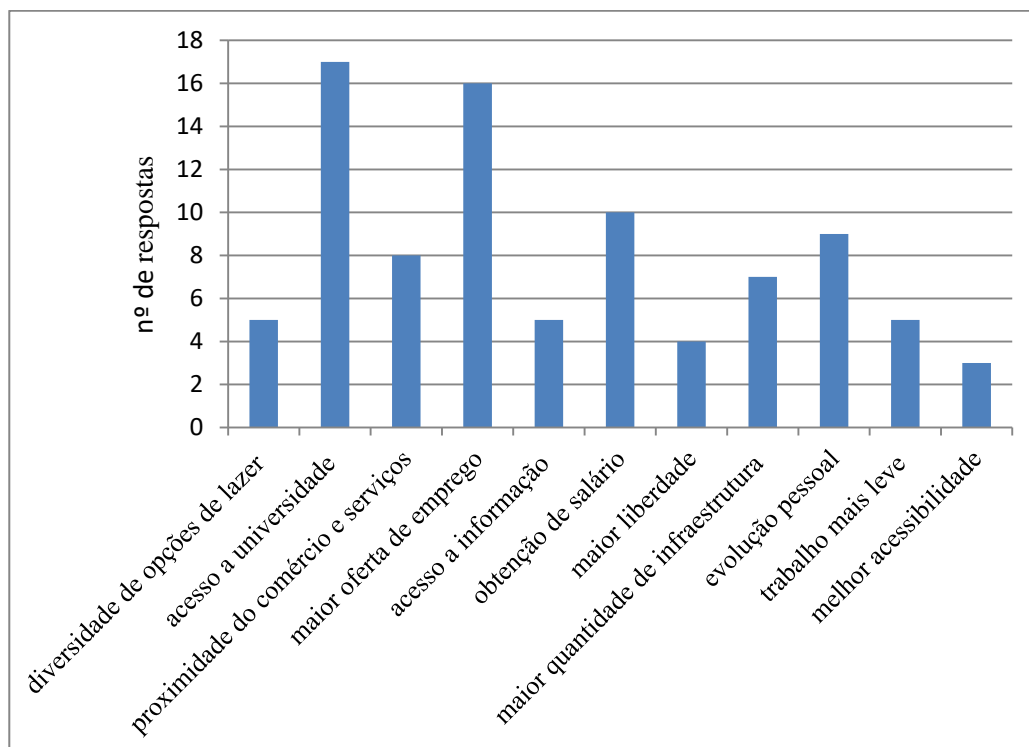


Gráfico 05: fatores atrativos existentes na cidade responsáveis pelas jovens migrarem. Fonte: Bordulis (2017)

Atualmente, 17 jovens das que responderam no questionário, apresentam ter uma atividade geradora de renda no meio urbano e 1 respondeu não ter emprego urbano. Os vínculos empregatícios formais elencados pelas jovens foram: comércio (trabalho em loja, vendas, materiais de construção, secretária, empregada doméstica, jornalista, balconista), outro era serviços (auxiliar na educação infantil, estagiária na prefeitura municipal de Erechim) e outras 2 jovens possuem bolsa de pesquisa e extensão na UFFS, ou seja esse é o trabalho que elas executam, pode ser que possuem ajuda dos pais também. Quanto aos auxílios econômicos 2 jovens responderam ter esse benefício e 5 jovens não possuem. Teve também 3 jovens que não responderam este campo.

Com relação a estrutura demográfica das famílias antes e após as jovens terem migrado dos estabelecimentos agropecuários. A média de pessoas por família era de 4 e, ao longo do processo migratório que atingiram as jovens (e outros parentes), a média de pessoas por família diminuiu para 1.95, ou seja, a média é menos que duas pessoas por

família, então tem casos que nem o casal mora mais no campo, representando uma redução de, aproximadamente, 50% do contingente populacional em âmbito das famílias estudadas. A sucessão na agricultura familiar por parte desse universo está claramente comprometida. Atualmente restam 4 jovens mulheres e 4 jovens homens em âmbito das 21 famílias das jovens estudadas. Igualmente, a redução do contingente de familiares “pais” nos estabelecimentos foi de 34%.

O apoio da família para residirem na cidade é considerado importante para 84% das entrevistadas. Mais especificamente, 18,5% afirmaram ser importante o apoio financeiro, 52% a doação de alimentos, 33% a prática do incentivo psicológico e 5% responderam outras formas de apoio. Neste campo as jovens poderiam assinalar uma ou mais opções. Com a migração das jovens as relações com o campo ainda continua, ou seja, não há um rompimento definitivo na territorialidade rural. Com relação a intenção das jovens voltarem a residir e a trabalhar em atividades agropecuárias, 7 jovens responderam que voltariam, 8 não voltariam e 5 não sabem no momento.

Evidenciamos, através desta pesquisa com as estudantes dos cursos de licenciatura noturno da UFFS campus/Erechim que a questão de gênero não responde isoladamente e nem é o principal fator repulsivo do contexto de migração das jovens rurais no campo. O principal fator repulsivo elencado pelas jovens foi as dificuldades econômicas em que as jovens e suas famílias viviam, pois em pouca área de terra (43% dos estabelecimentos possuíam até 10 hectares, dos quais 28% possuíam até 5 hectares. O menor estabelecimento e o maior, respectivamente, continham 2 e 60 hectares) a família produzia, em grande medida, grãos, em áreas parcialmente mecanizáveis e ainda dependiam de maquinários alugados para realizar as práticas produtivas. Nessas condições mencionadas acima, a produção convencional de grãos se torna inapropriada.

Considerações finais

Poderíamos supor que se houvesse viabilidade econômica nos estabelecimentos agropecuários as jovens tenderiam a permanecer no meio rural, mesmo sopesando as questões de gênero. Muito embora as questões econômicas tenham peso muito importante, a migração das jovens é um fenômeno multifatorial que requer atenção para necessidade de mudanças em distintos domínios, sejam eles: 1) na educação; 2) nas relações sociais internas da família; 3) em mudanças nas dinâmicas produtivas, 4) na infraestrutura de circulação e comunicação de serviços etc.

Diante disso é possível evidenciarmos como é geográfico esses temas e importante considerar as questões espaciais. As jovens saem do campo de um quadro de territorialidade passiva e migram para a cidade a fim de ativar as suas territorialidades, através dos recursos territoriais urbanos e os processos de desterritorialização e reterritorialização eles são motivados pela busca dessas ativações de territorialidades, ou seja pela possibilidade de ingressar e formarem-se em nível superior, o vínculo empregatício, a questão da renda, a maior densidade de infraestrutura e serviços.

Da mesma forma, a inserção dos jovens rurais com relação ao acesso a universidade pública favorece uma condição que as possibilite avançar diante de dificuldades econômicas, de sistemas de opressão de gênero e de dependência adultocêntrica, para formas de ser, pensar e trabalhar com maior autonomia e segurança econômico-profissional.

Referências bibliográficas

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o Capitalismo**. trad. Beatriz Resende. RJ: Paz e Terra, 1986.

ABRAMOVAY, R.et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

ANDRÉ, I. M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 334-348, 1990. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1924/1601>> Acesso em: 07 jan. 2015.

BALDUÍNO, D.T. O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. In:_____.OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M (Orgs.) **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.19-25.

BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhos e filhas de agricultores do município de Anchieta-ES**. Viçosa- MG, 2009. 218 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/14/TDE-2010-02-10T090146Z-2145/Publico/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

BORDULIS, D.C. **A desterritorialização das jovens rurais: um olhar para as estudantes dos cursos de licenciatura campus/Erechim**.(Trabalho de conclusão de curso) pela Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Erechim/ RS: Erechim, 2017.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n. 12, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.mstempdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, jan/abril, p. 205 – 227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acesso em 20 jul. 2015.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L.F.; SILVA, F.C.T (Orgs) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro, 2005. 444 p. Tese (Doutorado Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Tese_Elisa_pdf.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P [Org.]. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

FERNANDES, B.M. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento Geográfico**. Tese (livre-docência em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. - Presidente Prudente: 2013.

GABOARDI, Shaiane Carla; EDUARDO, Márcio Freitas. **Microrregião de Erechim/RS: agricultura familiar e as transformações recentes no espaço rural**. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2015, Goiânia, GO. Anais... Goiânia: UFG Editora, 2015.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MULLER, Merce Paula. **As jovens rurais e as perspectivas de permanência no espaço rural: um estudo de caso no campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Francisco Beltrão, PR, 2016, 158 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

PIRES, L. M. **Culturas Geográficas de alunos-jovens: uma referência para a formação de professores de geografia**. Goiânia, 2013. 276 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://lepeg.iesa.ufg.br/up/8/o/TESE_LUCINEIDE_MENDES_PIRES.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.

PORTO- GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Roseli Alves dos. **A Participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná**. IN: Revista Geouerj. Ano 12, n.º. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Verão, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2167/1647>>. Acesso em: 09 out. 2013.

SILVA, C.B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. ; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil na análise histórica**. Disponível em: <http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2016.

SPOSITO, Marília. **A Pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais** (1999 – 2006).

SOUZA, M.L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ªed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2015.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos, Florianópolis, n. 12, mai. 2005

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.

WAGNER, S. A.; MARQUES, F. C.; MENASCHE, R.; Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Agricultura familiar à mesa: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Rio Grande do Sul: UERGS, 2007. p. 1 – 197.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz/RS**. Porto Alegre, 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>>. Acesso em: 10 out. 2013.